

DISCURSO E MODALIDADES EPISTÊMICAS NO DEBATE POLÍTICO: EFEITOS DE SENTIDO NO DISCURSO DE LULA

Eliana Alves GRECO
Universidade Estadual de Maringá)
elianagreco@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, nas campanhas presidenciais de 1989 e 2002, verificando os efeitos de sentido produzidos pelas modalidades epistêmicas. A pesquisa, situada no âmbito da Análise do Discurso arquitetada por Michel Pêcheux, tem como categoria de análise as modalidades epistêmicas crer e saber, que, ao serem empregadas no discurso pelo sujeito, produzem efeitos de sentido. O *corpus* é constituído pelos debates políticos televisivos entre os candidatos do segundo turno à Presidência da República nas eleições de 1989 e 2002. A pesquisa evidencia que, no discurso de Lula no debate de 1989, há o predomínio de verbos pertencentes à modalidade epistêmica da ordem do crer, o que gera um efeito de sentido menos categórico, propiciando ao co-enunciador a possibilidade de aderir ou não ao discurso. No discurso de 2002, ao contrário, há o predomínio de frases assertivas e da ocultação da modalidade epistêmica, produzindo um discurso mais categórico e auxiliando na construção da imagem de um candidato seguro e decidido.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; debate político; modalidade epistêmica.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, nas campanhas presidenciais de 1989 e 2002, verificando os efeitos de sentido produzidos pelas modalidades epistêmicas.

A pesquisa está situada no âmbito da Análise do Discurso arquitetada por Michel Pêcheux e tem como categoria de análise as modalidades epistêmicas crer e saber, que, quando empregadas no discurso pelo sujeito, produzem efeitos de sentido. O *corpus* é constituído pelos debates políticos televisivos entre os candidatos do segundo turno à Presidência da República nas eleições de 1989 e 2002.

Para direcionar nosso trabalho, apresentaremos, inicialmente, o referencial teórico, constituído pelas noções de texto e discurso, a relação discurso e sujeito e as modalidades epistêmicas. Em seguida, faremos a análise dos discursos de Lula, verificando os efeitos de sentido produzidos pelas modalidades epistêmicas, tendo por base as questões teóricas apresentadas.

2. Texto e discurso na perspectiva da Análise do Discurso

A Análise do Discurso, como o próprio nome diz, tem como objeto de estudo o discurso, concebido como “... toda atividade comunicativa, produtora de sentidos, ou melhor, de efeitos de sentidos entre interlocutores (sujeitos situados social e historicamente) nas suas relações interacionais.” (BRANDÃO, 2003, p. 15).

Segundo Orlandi (2002, p. 22), “o discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.” Todo discurso é produzido por um sujeito, em determinado contexto histórico, social e ideológico. Isso significa que as

condições de produção são constitutivas do sentido, ou seja, elas irão determinar como o leitor lê um texto.

De acordo com a autora, as condições de produção são compreendidas em sentido estrito e em sentido amplo. Em sentido estrito, são as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato (tempo, lugar, interlocutores, imagens recíprocas). Em sentido amplo, abrangem o contexto sócio-histórico e o aspecto ideológico.

Para Brandão (2003), o discurso se manifesta linguisticamente por meio de texto, que pode ser oral ou escrito e se constitui num todo significativo, com começo, meio e fim. O texto é construído no processo das relações interacionais e “sua produção/compreensão mobiliza competências não só lingüísticas, mas também extralingüísticas (conhecimento de mundo, saber enciclopédico, determinações socioculturais, ideológicas, etc.).” (BRANDÃO, 2003, p. 15)

Ao se analisar o discurso, o texto é a unidade de análise, “... é a unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização.” (ORLANDI, 1987, p. 159). O texto não é definido pela sua extensão, mas por ser uma unidade de significação em relação à situação.

Já, para o leitor, o texto

... é a unidade empírica que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, seqüências com uma extensão, (imaginariamente) com começo, meio e fim e que tem um autor que se representa em sua unidade, na origem do texto, “dando”-lhe coerência, progressão e finalidade. (ORLANDI, 2005, p. 64)

Ao considerar o discurso como efeito de sentidos entre locutores, “... o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ele vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras...” (ORLANDI, 2005, p. 64).

3. Discurso, sujeito e formação discursiva

O discurso é produzido por um sujeito e, ao mesmo tempo, constrói sentidos que representam as posições sociais, históricas e ideológicas desse sujeito. E, provavelmente, a maior contradição do sujeito seja o fato de produzir o discurso e simultaneamente ser constituído por esse discurso.

A concepção de sujeito que trabalharemos é a de um sujeito marcado por traços sociais, ideológicos e históricos e que se constitui na sua interação com o outro. Nesse outro, inclui-se não apenas o interlocutor, mas também a voz de outros discursos, historicamente constituídos, que se encontram no nível do interdiscurso. Dessa forma, a linguagem é produzida por um sujeito que divide o espaço discursivo com o outro (BRANDÃO, 1996).

Na produção de discursos, o sujeito está inserido numa formação discursiva, que é a manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica. Esta é definida como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.166). Pêcheux e Fuchs concebem o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia, relacionando, dessa forma, ideologia e discurso, isto é, cada formação ideológica comporta como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas.

Assim, a formação discursiva é, a partir de uma posição dada numa conjuntura, “o que pode e deve ser dito” por um sujeito, ou seja, é a formação discursiva na qual o sujeito está inserido que irá demarcar o que ele pode e deve dizer e o que não pode e não deve dizer.

Posteriormente, com os estudos de Courtine (1981) e de Maingueneau (2005), passou-se a questionar o fechamento de uma formação discursiva. Maingueneau afirma que não se

deve procurar a identidade de uma formação discursiva numa análise fechada, voltada para seu interior, porém numa análise que vê a formação discursiva em sua relação com outras com as quais dialoga e atravessam seu campo.

Nesse sentido, uma formação discursiva deve ser definida a partir de seu interdiscurso, porque é a relação interdiscursiva que estruturará a identidade das formações discursivas. É a identidade de cada formação discursiva, colocada em relação ao espaço interdiscursivo, que irá preestabelecer os possíveis sentidos de um discurso.

De acordo com Maingueneau (2005), a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas o interdiscurso, ou seja, um espaço de trocas entre inúmeros discursos convenientemente escolhidos. Isso significa que sempre que se analisa um discurso, faz-se uma análise dos discursos que com ele se articulam, respeitando-se, porém, a identidade e a autonomia relativa do discurso que é objeto de análise.

4. Modalidade epistêmica

A modalidade epistêmica é referida por Brandão (1994, p. 136) como aquela “... que abrange toda expressão que implica uma referência à crença, ao conhecimento que temos de um estado de coisas...”. Alexandrescu (1976) afirma que todo enunciado é modalizado por um operador epistêmico crer ou saber que revela uma atitude de certeza ou de incerteza do enunciador com relação ao conteúdo enunciado.

Sendo assim, de acordo com Rocha *et al.*, o eixo do crer mostra ao co-enunciador a possibilidade de aceitar ou não a informação transmitida, de aderir ou não ao discurso, visto que o conteúdo enunciado no eixo do crer indica probabilidade e suposição, ou seja, situações não confirmadas. Os recursos linguísticos do eixo do crer são o emprego de verbos no modo subjuntivo, no futuro do pretérito e no imperfeito do indicativo, os verbos como “creio”, “acho” e os advérbios “possivelmente”, “provavelmente” e “talvez”, entre outros.

Já o eixo do saber revela ao co-enunciador o conhecimento por parte de quem enuncia, ou seja, o conteúdo transmitido é verdadeiro. A enunciação é apresentada com argumentos incontestáveis e convincentes, trazendo elementos que denotam certeza, como os verbos no modo indicativo e expressões como “é certo”, “é óbvio”, “sem dúvida” e “certamente”, entre outras.

Segundo Alexandrescu (1976), os operadores epistêmicos crer e saber regem todo ato de enunciação, mas não precisam necessariamente estar explicitados por uma lexicalização, ou seja, os textos podem lexicalizar a modalidade ou deixá-la implícita.

A ocultação da modalidade epistêmica é uma estratégia argumentativa desenvolvida pelo enunciador:

... a enunciação está aí, o locutor apenas finge esquecê-la para dar a impressão de que seu ato é neutro, de que ele não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que o valor de verdade de seus enunciados é objetivo. [...] A ocultação modal é acompanhada de uma retórica do neutro em que o locutor esconde sua enunciação para melhor convencer por meio de seu enunciado. (Alexandrescu, 1976, p. 25)¹

O enunciador sabe o que diz ou que crê no que diz, mas não mostra explicitamente ao co-enunciador seu estatuto epistêmico, dando a impressão de que seu discurso é neutro.

¹ “... l'énonciation est là, le locuteur ne fait que semblant de l'oublier pour donner l'impression que son acte est neutre, qu'il ne manifeste aucune attitude envers lui, que la valeur de vérité de ses énoncés est objective. [...] l'occultation modale s'accompagne d'une rhétorique du neutre, que le locuteur cache son énonciation pour mieux convaincre par son énoncé.” (ALEXANDRESCU, 1976, p. 25).

Tendo por base as reflexões teóricas apresentadas, analisaremos os discursos de Lula, na campanha presidencial de 1989 e 2002, verificando os efeitos de sentido produzidos pelas modalidades epistêmicas.

5. Análise da modalidade epistêmica no discurso de Lula

O *corpus* para a análise é constituído por dois debates entre candidatos à Presidência da República do Brasil. O gênero discursivo debate político funciona como um modelo de conversação, por ser uma interação eficaz e disciplinada, em que se aplicam as regras conversacionais, ou seja, os participantes se submetem à troca de papéis de locutor e de ouvinte.

No debate político televisivo, embora o candidato à eleição esteja frente a frente com o adversário e com o mediador, não deseja convencê-los. Na realidade, quer influenciar os eleitores telespectadores, que, muitas vezes, são excluídos do cenário. O debate é elaborado para o público, pois é a sua existência e a imagem que os debatedores fazem dele que influenciarão a elaboração do discurso.

O primeiro debate a ser analisado é o do segundo turno da campanha de 1989, realizado em 14 de dezembro², entre Fernando Collor de Melo, do PRN, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Já o segundo debate é do segundo turno da campanha de 2002, em que estavam concorrendo José Serra, do PSDB, representante do governo, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, representando a oposição.

A eleição de 1989 é marcada por ser a primeira eleição direta para a Presidência da República, depois da ditadura militar no Brasil. O povo brasileiro, com quase 30 anos sem escolher seu presidente, estava aprendendo a lidar com a democracia. Essa eleição também marca a primeira tentativa de Lula de se eleger Presidente da República.

Na campanha, o candidato se pautou na oposição entre a classe trabalhadora e a empresarial, entre a classe dominada e a dominante. No debate, se dirigia à classe trabalhadora: “precisamos recuperar o poder aquisitivo da classe trabalhadora”, “recuperar o salário que a classe trabalhadora teve arrojado nesses últimos anos”, “pagar bom salário”. A classe empresarial era vista como aquela que “ganha as fortunas”, “engorda a sua conta bancária” e “engorda o seu patrimônio pessoal”. Seu projeto de governo defendia a ideia de que os empresários “precisam deixar de ganhar as fortunas que estão ganhando hoje”.

O debate político tem como característica o sujeito se inscrever no discurso em primeira pessoa, podendo estar no singular ou no plural. Para Benveniste (1995), o nós não é uma coleção de eu, mas uma junção entre o eu e o não-eu. Esse não-eu pode ser o você ou o eles. Dessa forma, quando o nós inclui o interlocutor, temos o nós inclusivo (eu + você) e, quando o interlocutor não é incluído, temos o nós exclusivo (eu + eles).

Nesse debate, Lula se utiliza tanto da primeira pessoa do plural quanto da primeira pessoa do singular. Quanto ao uso da primeira pessoa do plural, há o predomínio do nós inclusivo, em que o sujeito inclui o interlocutor no seu discurso. O nós é utilizado para incluir “eu trabalhador + você trabalhador” ou, então, “eu nordestino + você nordestino”. Nos dois casos, o candidato se apresentava como parte de uma coletividade e atuava em conjunto com ela. Buscava-se uma identificação com o povo trabalhador, o pobre e o nordestino, porque também era um deles.

² Lembramos que foram promovidos dois debates no segundo turno da campanha de 1989: um em 3 de dezembro de 1989 e o outro em 14 de dezembro de 1989.

O enunciador eu aparece em um número menor, normalmente falando do lugar de membro da classe trabalhadora, de nordestino ou quando enuncia como candidato à Presidência da República ou futuro Presidente da República.

Nesta análise, o que irá interessar para nós são os verbos que acompanham a primeira pessoa do singular. Ao fazermos um levantamento quantitativo, percebemos a predominância dos verbos “entender” (duas vezes), “pensar” (seis vezes), “acreditar” (sete vezes), esperar (oito vezes) e “achar” (51 vezes):

Eu penso que o meu governo, nós vamos apurar essas coisas, apurar muito a fundo, porque não é possível que uma procuradora do estado, chorando numa CPI, diga que foi obrigada a assinar porque precisava da assinatura de uma procuradora do estado!

Eu acredito, Villas-Boas, que nós estamos aprendendo a fazer democracia nesse país e **acredito** que possivelmente levaremos alguns anos, ainda, para aprendermos a conviver com a democracia na sua plenitude.

Eu acho que o nordestino, se não houver uma política de reforma agrária e uma política de irrigação, uma política de garantia e a chegada ao nordeste de um desenvolvimento concreto (...) **eu acho** que, se a fome continuar a crescer no nordeste, como está crescendo, nós, os nordestinos, estamos predestinados a virarmos uma sub-raça.

Os verbos levantados no discurso pertencem à modalidade epistêmica da ordem do crer e, quando utilizados por Lula, dão um tom menos categórico, menos autoritário e propiciam ao co-enunciador a possibilidade de aceitar ou não a informação, de aderir ou não ao discurso, visto que o conteúdo enunciado é posto como possibilidade, suposição, probabilidade, isto é, situações que não são confirmadas.

O discurso produzido é menos categórico e mais vulnerável. A expressão “eu acho”, que predomina em todo discurso, é uma atitude proposicional que faz com que o argumento exposto perca seu valor argumentativo.

Brandão (1994, p. 137-138), ao analisar as estratégias modais utilizadas pelos candidatos Collor e Lula, no debate de 1989, conclui que Lula utiliza

... uma linguagem epistemicamente da ordem da opinião, com operadores modais que relativizam pontos de vista e marcam de forma mais tênue o valor assertivo dos enunciados, estratégia, própria do discurso da tolerância, cria um discurso menos categórico, mas mais vulnerável.

Além desses verbos, o enunciador utiliza, com o sujeito na primeira pessoa do singular, oito vezes o verbo “querer” no tempo verbal pretérito imperfeito do indicativo:

Mas **eu queria** lembrar, telespectadores, aos eleitores brasileiros, que, em 1983, o meu adversário, então Deputado Federal, apresentou um projeto de lei, na Câmara dos Deputados, reduzindo o imposto de renda das empresas de rádio e televisão de 35 para 6%.

Eu queria terminar essa campanha, dizendo aos eleitores uma coisa que eu considero fundamental: no dia 3 de outubro de 1960, houve as últimas eleições para presidente da república.

Segundo Maingueneau (2001, p. 107), o modo verbal “... indica a atitude do enunciador face ao que diz, ou a relação que o enunciador estabelece com o co-enunciador

por meio de seu ato de enunciação.” Nesse sentido, o pretérito imperfeito empregado no discurso de Lula contribui para atenuar o grau de comprometimento do enunciador.

A eleição de 2002 marca a quarta eleição direta para a Presidência da República e a quarta tentativa de Lula de se eleger presidente. Nessa campanha, Lula amplia seu eleitorado, não se fixando apenas na classe trabalhadora. Assim, não é o alto salário da classe trabalhadora que fará gerar empregos, mas todo um conjunto, como investimento do Estado em atividades diversas e o crescimento da poupança. A preocupação é com o crescimento de todos os segmentos da sociedade, com a produção, a industrialização e a comercialização.

No debate dessa campanha, Lula também alterna a primeira pessoa do plural com a primeira do singular. O nós é, na maioria das vezes, o exclusivo (eu + eles), em que o interlocutor praticamente não é trazido para o discurso, referindo-se à coligação, sindicalistas ou ao futuro governo. O nós inclusivo (eu + você), que é utilizado em menor número, se refere a eu + povo brasileiro, englobando toda a nação.

Já o eu é utilizado, quando Lula fala do lugar de candidato à Presidência da República, futuro Presidente do Brasil, ou quando deseja mostrar sua vida de privações, para que haja uma identificação entre eleitor e candidato, ou de luta política, mostrando que sempre teve uma vida política preocupada com os problemas sociais

No que se refere ao uso dos verbos da ordem do crer, encontramos, em todo o debate, oito vezes o verbo “achar” e três vezes “acreditar”, conjugados na primeira pessoa do singular. O que é um número pequeno, em comparação com o debate de 1989:

Eu **acho** que esse é um desafio que não pode ser de um governo, nem o governo federal pode culpar o estadual, nem o estadual culpar o governo federal.

Eu **acredito** que o mais importante é a gente também discutir a origem da criminalidade. E eu **acho** que seríamos cegos se nós não percebêssemos que a questão da criminalidade e da violência está intimamente ligada às questões sociais que o Brasil está vivendo hoje.

Além de ser em número bem menor que no debate de 1989, o efeito de sentido criado por esses verbos não é de probabilidade ou de insegurança, mas de proximidade com o eleitor.

O verbo “saber”, que pertence ao eixo do saber, também é enunciado em seu discurso (cinco vezes), mostrando conhecimento e experiência:

E eu **sei** que quando a pessoa fica desempregada, ela vai perdendo até sua relação de amizade, as pessoas que eram amigas já não são tão amigas, as pessoas que conversavam todo sai já não conversam todo dia.

Vejam, eu sou favorável a que o ensino brasileiro deveria ser totalmente público e gratuito pra todo mundo. **Sei** que essa realidade não pode ser, porque hoje num estado como São Paulo, nós temos 18% apenas, dos alunos estudando em universidades públicas. 82% já estão nas privadas.

Quanto ao tempo dos verbos utilizados na primeira pessoa do singular, predominam o presente, o pretérito perfeito e o futuro, todos do modo indicativo, os quais pertencem ao eixo do saber:

O que eu **defendo** é uma reformulação da CLT adequando ela à realidade atual. Uma empresa pequena não pode ter as mesmas obrigações que uma multinacional. Agora isso só pode ser feito num pacto social.

Eu estou convencido que o dólar vai cair a hora que terminar o processo eleitoral, montar a equipe de transição e começar a indicar quem é que vai ser ministro nesse país.

Eu digo sempre que nós precisamos separar o joio do trigo, os policiais corruptos têm que sair da polícia e a gente contratar um efetivo honesto e decente/

... **eu sou** a única possibilidade que o Brasil tem de construir um pacto social, juntando o que existe de mais importante no empresariado brasileiro, nos trabalhadores brasileiros com o governo pra gente estabelecer, inclusive, planos (e) metas pra que as coisas possam acontecer no Brasil.

O verbos acima conjugados na primeira pessoa do singular no presente do indicativo – “defendo”, “estou convencido”, “digo”, “sou” – trazem elementos que indicam certeza, e a sua enunciação é seguida de argumentos de valor convincentes e seguros. Observamos que, nesses enunciados, a modalidade epistêmica não está explicitada por léxicos. Quando Lula afirma “eu defendo” ou “os policiais corruptos têm que sair da polícia”, está produzindo frases assertivas e ocultando a modalidade epistêmica.

O sujeito imprime maior força ilocucionária ao seu ato de asserção, produzindo um discurso mais categórico e auxiliando na construção da imagem de um candidato decidido e objetivo, que sabe o que fazer e que vai fazer.

6. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva, nas campanhas presidenciais de 1989 e 2002, verificando os efeitos de sentido produzidos pelas modalidades epistêmicas.

A pesquisa, situada no âmbito da Análise do Discurso, teve como base teórica as noções de texto e discurso, a relação discurso e sujeito e as modalidades epistêmicas. A modalidade epistêmica, que foi a categoria de análise, abrange toda expressão que implica uma referência à crença ou ao conhecimento que temos de um estado de coisas. Os operadores epistêmicos correspondem aos eixos do crer e do saber, expressando certeza ou probabilidade. O discurso, concebido como efeito de sentido entre os interlocutores, é produzido por um sujeito, em determinado contexto histórico, social e ideológico. O sujeito, ao empregar as modalidades epistêmicas crer e saber em seu discurso, produz efeitos de sentido.

O *corpus* foi constituído pelos debates políticos televisivos entre os candidatos do segundo turno à Presidência da República nas eleições de 1989 e 2002.

No debate de 1989, observamos que há o predomínio de verbos pertencentes à modalidade epistêmica da ordem do crer, que produzem um tom menos categórico e autoritário, propiciando ao co-enunciador a possibilidade de aderir ou não ao discurso, visto que o conteúdo enunciado é posto como possibilidade e não injunção, isto é, situações que não são confirmadas.

O discurso de 2002, diferentemente de 1989, apresenta o predomínio de frases assertivas, verbos no modo indicativo e pouca modalização, ou seja, a modalidade epistêmica do crer e do saber não está explicitada por verbos. O discurso é pouco modalizado, criando o efeito de sentido de que o enunciador é neutro e imprimindo maior força ilocucionária ao seu ato de asserção. Dessa forma, temos um discurso mais categórico e a construção da imagem de um candidato seguro e decidido. Além disso, é produzido um discurso mais autoritário, levando o co-enunciador a concordar com os fatos apresentados.

Referências:

ALEXANDRESCU, Sorin. “Sur lês modalités croire et savoir”. In: *Langages*, (43);19-27, sept 76. Paris, Larousse.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BRANDÃO, H. H. N. Gêneros do discurso e tipos textuais. In: PENIN, Sonia Teresinha de Sousa (org.). *Língua Portuguesa. Construindo Sempre - Aperfeiçoamento de professores*. Módulo II. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *Introdução à análise do discurso*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Discurso e polêmica num debate político. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 37, p.129-143, 1994.

COURTINE, Jean-Jacques. “Quelques problèmes théoriques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”. In: *Langages*, (62);9-127, juin 81. Paris, Larousse.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese do discurso*. Criar Edições: Curitiba, 2005.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. Campinas: Pontes: 2005.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Toni (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

ROCHA, Lisiane dos Santos *et al.* Emprego de verbos e modalização discursiva. *Cadernos Fapa*, Porto Alegre: Faculdades Porto Alegrenses, n.2, 2005. Disponível em: <[http://www.fapa.com.br/cadernosfapa/artigos/2edicao/linguagem/EmpregoVerbosModalizac aoDiscursiva.pdf](http://www.fapa.com.br/cadernosfapa/artigos/2edicao/linguagem/EmpregoVerbosModalizac%20aoDiscursiva.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2006.